fb.me/AssociacaoAIDA
linkedin.com/in/aida-associação-695a25100

T. +351 234 302 490 · WWW.AIDA.PT

PALOP NEWS

129

2020

JUN. a SET.

AIDA
CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO DISTRITO DE AVEIRO

PME QUALIFY
WWW.AIDA.PT

ANGOLA

DESVALORIZAÇÃO DO KWANZA COMPROMETE **EVOLUÇÃO DA ECONOMIA ANGOLANA**

Durante o primeiro semestre deste ano a moeda angolana registou uma desvalorização de pelo menos 30% face ao Euro.

Uma situação que pode colocar em risco a capacidade de importação de bens e serviços.

Em entrevista à Euronews o economista Alves da Rocha disse que quando não há divisas, quando o Banco Nacional de Angola enquanto banco central não tem capacidade de gerar divisas, e de colocar à disposição da economia, cria-se uma situação que dificulta a atracção de investidores estrangeiros.

Beatriz Frank empresária Angolana, classifica a situação actual como sendo "asfixiante". Para a empresária o BNA deveria, durante os leilões, alocar divisas para o processo de importação dos pequenos e médios empresários, sendo esta a única forma de evitar o que classifica de morosidade no processo de submissão e tratamento das cartas de crédito.

"Evitamos essa morosidade e espera que se tem verificado, aguardar os leilões, e sabemos que o BNA faz leilões semanais. As nossas cartas têm que ficar no Banco, um mês, dois meses e nesse tempo todos nós perdemos, porque o Kwanza desvaloriza todos os dias" refere Beatriz Frank em entrevista à Euronews.

Já o presidente da Associação 25 de Abril em Angola Ludgero Escoval, que representa vários empresários portugueses em Angola, considera que o impacto da paralisação das empresas provocada pela pandemia está a ter um efeito catastrófico para os investidores estrangeiros, empregados e respetivas famílias

"E quando estamos a falar de empresários, eu estou a falar dos empregados que estes empresários também têm, das pessoas e das famílias que estão lá e vivem sérias dificuldades. Imagina se não há actividades os ordenados foram reduzidos ou estão a ser atrasados, o envio de remessas para apoio às famílias está a ser extremamente dificultado. E o galopante salto que teve a desvalorização do Kwanza. Por isso penso que neste momento para alguém mandar mil dólares para a família é preciso um milhão de Kwanzas", disse Ludgero Escoval que também é Decano na Universidade Gregório Semedo em Angola.

Consta igualmente das preocupações da União dos pequenos e médios empresários apresentadas ao Executivo angolano, pela empresária Beatriz Frank enquanto presidente da União de Pequenos e Médios empresários, a alegada ausência de regulação no aluguer dos espaços comerciais.

Beatriz Frank considera um problema gravíssimo os preços praticados, quando comparados ao que é cobrado em cidades como Londres, Nova Iorque e Paris.

Angola desde Março mantém as fronteiras fechadas para voos comerciais, para tentar controlar o aumento de casos positivos da Covid-19 importados. Em entrevista à Euronews os empresários colocaram a seguinte questão: até quando vão conseguir manter as empresas em funcionamento gerindo-as via aplicativos como o Zoom, Skype ou Whatsapp.

FONTE: EURONEWS

ANGOLA

Desvalorização do Kwanza compromete evolução da economia angolana

Moody's corta rating de Angola

MOÇAMBIQUE

Covid-19. Cerca de 43 mil pessoas perderam o emprego em Moçambique

Moçambique: Economia volta a estar no "vermelho"

Vida de moçambicanos cada vez mais prejudicada pelo alto endividamento do país

CABO VERDE

S&P piora perspetiva de evolução de Cabo Verde e mantém 'rating' no 'lixo'

Covid-19.Vice-primeiro-ministro diz que Cabo Verde precisa diversificar economia além do turismo

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

G20 isenta São Tomé e Príncipe

de pagamento da dívida até final do ano

GUINÉ BISSAU

Covid-19 na Guiné-Bissau: decretado estado de calamidade até Dezembro

DIRECÇÃO E COORDENAÇÃO:
Elisabete Rita | Directora Geral da AIDA

DESIGN E PAGINAÇÃO:
Incograf®

PROPRIEDADE
AIDA CCI

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA:
1000 exemplares

COMPETE 2020 · PORTUGAL 2020 · UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

ANGOLA

MOODY'S CORTA RATING DE ANGOLA

Os efeitos da covid-19 e a forte queda dos preços do petróleo contribuíram para a decisão da agência de notação financeira.

A Moody's cortou a classificação da dívida soberana de Angola de longo prazo, de B3 para Caa1 - que corresponde ao sétimo nível da categoria de investimento especulativo (o chamado "lixo").

Num relatório divulgado em 8 de Setembro, a Moody's justificou a decisão de rever em baixa a notação com "a forte queda dos preços do petróleo e o surto de coronavírus, bem como a decorrente depreciação adicional da moeda".

Tudo isto, sublinha a agência, "contribuiu para uma significativa debilitação das já fracas finanças públicas de Angola e do seu frágil posicionamento externo, apesar dos esforços continuados e palpáveis em matéria de reformas".

Já a perspectiva (outlook) para a evolução da qualidade da dívida, foi alterada para 'estável' depois de ter sido colocada 'sob revisão' no passado dia 31 de Março.

Este outlook 'estável' reflecte a avaliação da Moody's de que "os riscos de crédito para o governo de Angola estão equilibrados nos próximos 12 a 18 meses".

Também a Fitch reviu em baixa a notação da dívida soberana de Angola, para CCC (oitavo nível de "junk"), dizendo haver uma possibilidade real de incumprimento financeiro ('default') devido ao forte aumento da dívida pública e à deterioração das finanças públicas.

Por seu lado, a Standard & Poor's tem o rating de Angola em CCC+ (sétimo nível de "lixo"), com outlook 'estável', desde 26 de Março.

FONTE: JORNAL DE NEGÓCIOS

MOÇAMBIQUE

COVID-19. CERCA DE 43 MIL PESSOAS PERDERAM O EMPREGO EM MOÇAMBIQUE

Cerca de 43 mil pessoas em Moçambique perderam emprego devido ao impacto das restrições impostas para travar a propagação do novo coronavírus, indica um relatório do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Segundo os resultados do 'Inquérito sobre o Impacto da Covid-19 nas empresas', realizado entre Junho e Julho, as restrições adoptadas para travar a propagação ditaram que um total de 43.578 trabalhadores perdessem os seus empregos em todo país, sendo a mais afectada a província da Zambézia, no centro de Moçambique, onde 27 mil perderam os seus postos de trabalho.

Segundo o documento, as pequenas empresas foram as que mais encerraram actividades durante este período, afetando, só nesta classe, 41.394 trabalhadores de todas as províncias do país.

As restrições impostas pela pandemia em Moçambique afectaram um total de 80 mil empresas, instituições que foram obrigadas a encerrar as portas, rescindir ou suspender contratos.

A suspensão de contrato de trabalho é definida como uma "paralisação temporária" e a legislação moçambicana prevê que o empregador pague no primeiro mês 75% do salário, no segundo 50% e, no terceiro, 25%.

"No capítulo da suspensão de contratos foram afectados 62.700 trabalhadores, destacando-se a cidade de Maputo, onde mais de 17 mil trabalhadores ficaram com contratos suspensos ", declarou Adriano Matsinbe, director de Estatísticas Setoriais e de Empresas no INE, falando durante a apresentação dos resultados do estudo hoje em Maputo.

Segundo o documento, a rescisão de contratos foi mais adoptada por empresas das províncias de Cabo e Cidade de Maputo, estando a capital, ao lado de Tete e Sofala, entre as que tiveram o maior número de trabalhadores despedidos.

Moçambique viveu com restrições nos últimos cinco meses, no âmbito de dois estados de emergência, um dos quais prorrogado por três vezes, decretados para travar a propagação do novo coronavírus no país.

No início de Setembro, o Presidente moçambicano, Filipe Nyusi, decretou, por tempo indeterminado, a situação de calamidade pública, mantendo, no geral, restrições, mas definindo a retoma faseada das actividades económicas no país.

As medidas para combater a pandemia paralisaram sectores inteiros da economia mundial e levaram o Fundo monetário Internacional (FMI) a fazer previsões sem precedentes nos seus quase 75 anos: a economia mundial poderá cair 4,9% em 2020, arrastada por uma contracção de 8% nos Estados Unidos, de 10,2% na zona euro e de 5,8% no Japão.

FONTE: LUSA EM ECONOMIA AO MINUTO

MOÇAMBIQUE

MOÇAMBIQUE: ECONOMIA VOLTA A ESTAR NO "VERMELHO"

O Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgou que a economia de Moçambique fechou o segundo trimestre no "vermelho". O motivo deve-se ao facto de ter sido registada uma variação negativa de 3.25%.

O sector de hotelaria e restauração foi o mais afetado, devido aos efeitos da pandemia da Covid-19 no mesmo. Este novo coronavírus piorou a situação financeira do país, que tinha anteriormente registado um desempenho positivo da economia moçambicana no primeiro trimestre de 2020, ao crescer 1.68%.

A contracção da actividade económica é atribuída, em primeiro lugar, ao sector terciário, que decresceu em 4.06%. O maior destaque foi o do ramo de hotelaria e restauração, com uma variação de menos 35.84%. Seguiu-se o comércio e os serviços de

reparação, com menos 5.69%, além dos transportes e comunicação, com cerca de 4.68% negativo.

Em segundo encontra-se o sector primário, com uma variação de menos 2.65%. O mesmo é induzido pelo ramo da indústria extractiva, com menos de 25.55%, seguido do sector da pesca, com menos 1.83%.

Por sua vez, o sector secundário registou 2.42%, influenciado pelo sector da indústria manufatureira, com menos 5.32%, e construção, com menos 0.89%.

Já o sector da agricultura foi o único a crescer no segundo trimestre de 2020, ao registar uma variação positiva de 3.53%.

FONTE: E-GLOBAL

CABO VERDE

S&P PIORA PERSPECTIVA DE EVOLUÇÃO DE CABO VERDE E MANTÉM 'RATING' NO 'LIXO'

A agência de cotação financeira Standard & Poor's anunciou no final de Agosto que piorou a perspectiva de evolução da economia de Cabo Verde para negativa, mantendo o 'rating' do país em B ('lixo'), abaixo do nível de recomendação de investimento.

"Apesar de as relações com os doadores continuarem muito fortes, as consequências económicas da pandemia da Covid-19 vão causar perturbações macroeconómicas significativas na economia de Cabo Verde, que é muito dependente do turismo".

"Por isso, estamos a rever a perspectiva de evolução da economia ['outlook'] de estável para negativa", que assim confirma que o 'rating' de Cabo Verde deverá ser revisto em baixa nos próximos 12 a 18 meses. Ainda assim, os analistas da S&P decidiram manter, por agora, a opinião sobre a qualidade do crédito soberano de Cabo Verde em B, abaixo do nível de recomendação de investimento, ou 'lixo', como é geralmente conhecido.

"O 'outlook' negativo reflecte a possibilidade de, nos próximos 12 meses, a pandemia da Covid-19 poder pressionar significativamente os grandes desequilíbrios orçamental e externo, para além do nosso cenário base", dizem os analistas.

Na justificação da decisão, a S&P escreve que "a súbita paragem no turismo e nas viagens internacionais faz prever que o défice da balança corrente e o défice orçamental ultrapassem os dois dígitos este ano, e que o crescimento do PIB [Produto Interno Bruto] sofra uma contracção de 8,5%, uma das maiores quedas da história da independência de Cabo Verde".

Justificando a manutenção do 'rating' e a degradação, ao mesmo tempo, da perspectiva de evolução da economia, a S&P argumenta que "apesar das expectativas sombrias para 2020, a manutenção do 'rating' é sustentada no cenário base, que assume uma recuperação sustentada em 2021", ao passo que "a revisão do 'outlook' para negativa reflecte os riscos negativos sobre esta previsão".

Em particular, acrescentam, está a ideia de que uma recuperação acima da média, no seguimento de um regresso do turismo internacional, "não está garantida, o que coloca em causa" o cenário central da agência de "uma dívida pública líquida a atingir o pico de 125% do PIB este ano e uma recuperação gradual daí em diante".

Relativamente ao cenário macroeconómico, a S&P estima, depois de uma recessão de 8,5% este ano, um crescimento de 6,2% em 2021 e uma dívida pública a descer de 13,8% do PIB este ano para 137% em 2021.

FONTE: LUSA EM OBSERVADOR

VIDA DE MOÇAMBICANOS CADA VEZ MAIS PREJUDICADA PELO ALTO ENDIVIDAMENTO DO PAÍS

A dívida pública de Moçambique passou de 40 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) até 2013 para cerca de 120 por cento actualmente, situação que, segundo economistas, está a ter um impacto nefasto na vida dos moçambicanos.

Num relatório recente sobre Riscos Fiscais, o Banco de Moçambique refere que a Dívida Pública de Moçambique continua elevada e acima dos indicadores de sustentabilidade recomendados para os países de baixo rendimento.

Para o economista Egas Daniel, o facto de a dívida moçambicana se situar na casa dos 122% do PIB tem como impacto directo o desvio de recursos que deveriam ser usados para o desenvolvimento do país.

"A alta percentagem da dívida sobre o PIB significa o desvio de recursos e o alto serviço da dívida acaba ditando a necessidade de financiamento do orçamento do Estado, muitas vezes com recurso ao endividamento interno," disse.

O sector privado é o mais afectado por esta insustentabilidade da dívida pública. "Na verdade isso acaba resultando na questão do Estado concorrer com o sector privado para obter recursos internos para financiar o seu financiamento," e quando acontece a taxa de juros dificilmente reduz.

Para o Agostinho de Machava, economista do Centro da Democracia e Desenvolvimento, membro da Fórum de Monitoria do Orçamento, o alto indevidamente de Moçambique está a ter impacto severo no custo de vida dos moçambicanos.

Para Machava "o que piora a situação de estarmos altamente endividados é que o dinheiro que foi pedido para contrariar essa dívida não foi aplicado para resolver questões estruturantes dos pais".

Machava salienta que neste cenário, "o Governo deve procurar cada vez mais dólares no mercado internacional para fazer o pagamento da dívida e daí termos a taxa de câmbio a depreciar de forma mais acentuada desde o ano passado."

Moçambique, lembra Machava, acumula défices orçamentais ano após ano, e reflete-se no investimento direto estrangeiro e nos doadores internacionais, algo que está a agravar-se com impacto da pandemia da Covid-19.

FONTE: NOTÍCIAS SAPO MZ

CABO VERDE

COVID-19. VICE-PRIMEIRO-MINISTRO DIZ QUE CABO VERDE PRECISA **DIVERSIFICAR ECONOMIA** ALÉM DO TURISMO

O vice-primeiro-ministro de Cabo Verde, Olavo Correia, afirmou que uma das consequências da pandemia de Covid-19 para o arquipélago é obrigar a acelerar a diversificação da economia, além do turismo, que representava 25% do Produto Interno Bruto (PIB).

É já sabido que Cabo Verde será provavelmente um dos países mais impactados por esta pandemia da Covid-19. Esta afirmação não pode servir apenas para chocar, mas sim para mudar as nossas atitudes e para que possamos alinhá-las com aquilo que são as necessidades do presente e do futuro de Cabo Verde", defendeu Olavo Correia, após participar num seminário online, a partir da Praia, sobre promoção económica.

Dependente das receitas do turismo, o arquipélago está fechado a voos internacionais desde 19 de Março, para conter a pandemia de Covid-19, e ainda não definiu uma data para a reabertura.

A procura turística deverá recuar este ano a níveis de 2009, devido à pandemia de Covid-19, com a perda de 536 mil turistas face à previsão inicial do Governo. A previsão consta de um documento de suporte ao Orçamento Rectificativo para 2020 que entrou em Agosto em vigor e que aponta para uma quebra de 58,8% na procura turística, face aos 819 mil turistas que o arquipélago recebeu em 2019.

FONTE: LUSA EM OBSERVADOR

S. TOMÉ E PRINCIPE

G20 ISENTA SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE DE PAGAMENTO DA DÍVIDA ATÉ FINAL DO ANO

O grupo de países credores responsáveis pela organização da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) anunciou que São Tomé e Príncipe vai beneficiar da isenção de pagamentos de dívida até 31 de Dezembro deste ano.

"Segundo o pedido feito para a DSSI e apoiada pelo G20, o Clube de Paris reconheceu que a República de São Tomé e Príncipe é elegível para beneficiar da iniciativa, por isso os representares dos Países Credores no Clube de Paris aceitaram fornecer a São Tomé e Príncipe uma suspensão do serviço da dívida de 1 de Maio até 31 de Dezembro deste ano".

Os credores oficiais explicam que "o Governo da República de São Tomé e Príncipe está empenhado em canalizar os recursos libertados por esta iniciativa para o aumento da despesa para mitigar os impactos económicos, sociais e de saúde da crise da Covid-19, e está também empenhado em procurar de todos os credores oficiais bilaterais, um tratamento do serviço da dívida que esteja em linha com os termos da proposta".

No texto disponível no 'site' do Clube de Paris, lê-se ainda que estes credores "vão continuar a coordenar-se de perto com outros responsáveis na fase de implementação desta iniciativa, em particular quando considerando uma possível extensão do período de suspensão" dos pagamentos destes dois países lusófonos.

Os membros do Clube de Paris "que participam na reorganização da dívida de São Tomé e Príncipe são os governos da Bélgica e Brasil, sendo que "Portugal também participa na reorganização da dívida do país".

Os observadores da implementação são representantes dos governos da Austrália, Áustria, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Holanda, Noruega, Coreia do Sul, Federação da Rússia, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos da América.

O texto do Clube de Paris não apresenta os valores envolvidos na suspensão dos pagamentos.

O Governo português anunciou a 5 de Agosto que concedeu uma moratória sobre os empréstimos diretos concedidos a Cabo Verde e a São Tomé e Príncipe, de acordo com um comunicado conjunto dos ministérios dos Negócios Estrangeiros e das Finanças.

FONTE: LUSA EM NOTÍCIAS AO MINUTO

GUINÉ-BISSAU

COVID-19 NA **GUINÉ-BISSAU:** DECRETADO **ESTADO DE CALAMIDADE** ATÉ DEZEMBRO

A Guiné-Bissau passou, no início de Setembro, para o estado de calamidade por causa da pandemia do novo coronavírus.

Ao fim de seis meses, o Governo decidiu levantar o estado de emergência e decretou o de calamidade, depois de um parecer emitido pelo Alto Comissariado de Luta contra a Covid-19.

"Já não vamos ter a cerca sanitária. Não vai ser proibido transitar de uma região para outra, mas as medidas de distanciamento físico, de uso obrigatório de máscara, encerramento de discotecas, limitação de número de pessoas nos funerais e nas reuniões vão continuar", enumerou a alta comissária de luta contra a Covid-19, Magda Robalo.

A circulação em transportes públicos será permitida apenas com metade da lotação e cumprindo as regras de segurança, como até aqui. Continuam também interditos todos os cortejos, desfiles, manifestações e outros eventos públicos com mais de 25 pessoas.

Os últimos seis meses de estado de emergência deixaram fortes sequelas na economia da Guiné-Bissau.

O economista Aliu Soares Cassamá lembra que, "antes da pandemia, a economia guineense já vinha apresentando algumas debilidades. Com a pandemia, as nossas finanças públicas pioraram e espera-se uma quebra do Produto Interno Bruto (PIB), este ano, na ordem dos 1,9%. No que diz respeito às exportações, a Guiné-Bissau é um dos países da União Económica Oeste Africana (UEMOA) que vai ter um recuo brutal, na ordem de 91,9%".

FONTE: DW